CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO - UNILEÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS CONTÁBEIS

PAULA MIKAELLY ALVES DOS SANTOS

IMPOSTO DE RENDA PESSOA FISICA: DESCOMPLICANDO O LEÃO

JUAZEIRO DO NORTE – CE
2019

PAULA MIKAELLY ALVES DOS SANTOS

IMPOSTO DE RENDA PESSOA FISICA: DESCOMPLICANDO O LEÃO

Trabalho de Conclusão de Curso na modalidade *Artigo Científico*, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Ciências Contábeis, do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – UNILEÃO, para a obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Prof. Esp. Raimundo Ivan Feitosa Filho

IMPOSTO DE RENDA PESSOA FÍSICA: Descomplicando o Leão

Paula Mikaelly Alves dos Santos¹
Raimundo Ivan Feitosa Filho²

RESUMO

Desde antes de Cristo, já havia cobranças de impostos. A cidade-estado de Lagash, foi o primeiro lugar a se cobrar imposto. Depois foram encontrados relatos de cobranças pelos egípcios, gregos e romanos. Logo após, o imposto passou a ser cobrado na Inglaterra e de lá espalhou-se para o resto do mundo. No Brasil, logo após o período pré-colonial, Portugal instituiu um imposto chamado Quinto. Esse foi o primeiro imposto do Brasil. O Imposto de Renda da Pessoa Física, que é o foco do presente artigo, foi instituído pela primeira vez na Inglaterra, porém não foi nada fácil implantá-lo, porque a Câmara dos Comuns se recusava a aceitá-lo. No Brasil, o imposto de renda foi instituído durante o reinado de Dom Pedro II, porém existiram diversos acontecimentos desde a sua criação até os dias de hoje, como mudanças, tentativa de acabar com o imposto dizendo que o mesmo era inconstitucional, entre outros acontecimentos. Hoje, o imposto de renda é altamente mistificado, porque a grande maioria da população o teme sem ao menos conhecê-lo. O objetivo desse trabalho é explicar a importância do imposto e como objetivos específicos apresentar o temido Leão de maneira neutra, clara e objetiva, fundamentar e explicar sua obrigação de modo que mais e mais pessoas possam conhecer e entender a sua real função dentro da sociedade. Na metodologia usou-se o método bibliográfico, com características qualitativas e de cunho exploratório.

Palavras chave: Imposto de Renda. História. Lei. Brasil.

ABSTRACT

Since before Christ, there were already taxed collections. The city-state of Lagash was the first place to be charged tax. Afterwards, reports of collections were found by the Egyptians, Greeks and Romans. Soon after, the tax becomes charged in England and from there spread to the rest of the world. In Brazil, just after the pre-colonial period, Portugal imposed a tax called Quinto. This was the first tax in Brazil. The personal income tax, which is the focus of this article, was instituted for the first time in England, but it was not easy to implant it, because the House of Commons refused to accept it. In Brazil, the income tax was instituted during the reign of Dom Pedro II, but there were several events from its creation to the present day, like changes, attempts to end the tax by saying that it was unconstitutional, among other events. Today, income tax is highly mystified, because the vast majority of the population fears it without even knowing it. The methodology used the bibliographic method, with qualitative and exploratory characteristics. The objective of this work is to present the feared Lion in a neutral, clear and objective way, so that more and more people can know and understand its real function within society

Keywords: Income tax. Story. Law. Brazil.

¹ Concludente do Curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – Unileão. E-mail: mikaalves.com@gmail.com

² Orientador Prof^o Esp. em Contabilidade Tributária pela FJN. Docente da Unileão. E-mail: ivanfilho@leoasampaio.edu.br, ivanffilho20@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

No Brasil em quaisquer transações se paga algum tipo de imposto. E com a renda não é diferente. Todo ano, principalmente nos meses de março e abril, muito se fala sobre Imposto de Renda, porém poucos sabem a sua história e o porquê de ele existir. Muitas pessoas deixam de declarar por achar que é apenas mais um imposto exigido pelo governo.

Este trabalho busca explicar o que é esse temido imposto, para que serve, como é feita sua aplicação, quem está obrigado a declarar e o quão importante é essa declaração. E ainda, mostrar que este tributo não é apenas uma maneira aleatória de arrecadar renda para o governo.

O conceito de tributo está na Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional em seu art. 3º, o qual diz que “Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção de ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada”.

Trocando em miúdos este conceito pode-se entender que “toda prestação” significa a contrapartida da obrigação; “pecuniária” significa dinheiro; “compulsória” significa cumprimento de mandado superior, ou seja, não é opcional; “em moeda” significa a moeda corrente no Brasil; “ou cujo valor nela se possa exprimir” significa algo equivalente a moeda dependendo da legislação da entidade que irá cobrar o tributo; “que não constitua sanção de ato ilícito” significa que o tributo não é uma multa; “instituída em lei” significa que o tributo só pode ser cobrado se o mesmo estiver na lei, segue o princípio da legalidade; “cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada” significa que o agente público não pode deixar de cobrar ao seu bel prazer, pois está instituído em lei e a lei deve ser obedecida.

O tributo é dividido em 5 espécies: impostos, taxas, contribuição de melhoria, empréstimo compulsório e contribuições especiais. A seguir, apresentar-se-á um dos tipos de imposto do Brasil: O Imposto de Renda da Pessoa Física.

Este trabalho propõe-se a apresentar o Imposto de Renda de maneira neutra, contemplando desde sua criação até os dias atuais. Enfatizar o que realmente é, deixando de lado os medos que estão cada vez mais enraizados na sociedade. Para tanto partiu-se do pressuposto de que a maioria dos cidadãos não conhece verdadeiramente o que é o Imposto de Renda, e isso gera um grande desconforto. Essa suposição suscitou a seguinte indagação: Como explicar de forma objetiva e clara o que é o Imposto de Renda Pessoa Física?

Desse modo, definiu-se como objetivo geral explicitar a importância do Imposto de Renda da Pessoa Física para a sociedade; e como objetivos específicos, apresentar, fundamentar e explicar a obrigação de sua declaração.

Para a produção do presente artigo, utilizou-se a pesquisa bibliográfica como metodologia, realizada através de livros impressos e online de autores consagrados, além de artigos publicados em sites e documentos antigos como leis e declarações. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e de cunho exploratório para fins acadêmicos.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ORIGEM DO TRIBUTO NO MUNDO

Em todo o mundo impostos são pagos, mas quando eles surgiram?

Segundo Ferreira (2015), um dos textos mais antigos já encontrados que fala sobre tributos, é uma placa de 2.350 a.c, que descrevia as reformas impostas pelo rei Urukagina na cidade-estado de Lagash. Este documento relata a cobrança de altos impostos, instituídos por leis opressivas, que exploravam o trabalhador; e quando o mesmo não tinha com o que pagar, seus bens eram confiscados pelo rei. Também foram encontrados textos egípcios que retravavam as dificuldades que os trabalhadores enfrentavam para pagar os impostos sobre a colheita. Textos históricos também retratam a cobrança de impostos na Grécia e em Roma.

Após a queda do Império Romano, esqueceu-se totalmente o conceito de Estado e a terra foi dividida em feudos. Cada feudo tinha o seu Senhor, geralmente um nobre. Os feudos eram formados principalmente por camponeses, chamados de servos, os quais eram obrigados a pagar impostos ao Senhor Feudal. E como não possuíam moedas, eles pagavam com parte da colheita. O que sobrava era suficiente apenas para que as famílias sobrevivessem. As pessoas viviam uma vida muito precária (FERREIRA, 2015).

Nesta mesma época, a Inglaterra era governada por Ricardo Coração de Leão. Porém, devido à grande influência da Igreja Católica, o rei partiu nas Cruzadas, que a Igreja chamava de “Guerras Santas”, em busca de reconquistar a Palestina, um lugar muito sagrado para os cristãos. Como não podia deixar a Inglaterra sem governante, passou seu poder para um parente: João Sem Terra. João, querendo formar o seu próprio exército para não devolver o trono a Ricardo, passou a cobrar o dobro dos impostos. Os nobres começaram a se revoltar com o então governante de modo que, em 15 de junho de 1215, João foi obrigado a assinar a Magna Carta, o primeiro documento legal que continha limitações quando ao poder do rei de cobrar tributos (FERREIRA, 2015).

A partir da Inglaterra a cobrança se espalhou para o mundo, tendo sempre como finalidade, a arrecadação para luxos do rei ou para custear guerras.

2.2 ORIGEM DO TRIBUTO NO BRASIL

Segundo Rezende, Pereira e Alencar (2010), durante o período pré-colonial, Portugal se preocupava apenas em manter a posse das terras. Logo depois iniciou-se a primeira atividade econômica: a extração de pau-brasil. Como o Rei não tinha como arcar com os custos, começou a ceder terras para nobres de Portugal, que tinham a obrigação de explorar, construir fortificações, colonizar e pagar o Quinto (quinta parte de toda a madeira que era vendida). Esse foi o primeiro tributo instituído no Brasil. Em seguida vieram vários outros impostos instituídos e revogados ao longo dos anos.

Hoje no Brasil, os tributos representam a principal fonte de renda do governo. É através deles que o governo consegue cumprir com os princípios básicos instituídos em lei. Os tributos possuem um grande papel social em nossa comunidade (FERREIRA, 2015).

2.3 IMPOSTO DE RENDA NO MUNDO

De acordo com Nóbrega (2014), no século XVIII, a Inglaterra estava sendo ameaçada por Napoleão e como a guerra era quase certa, precisava arrecadar fundos. Assim, em 30 de novembro de 1796, o então primeiro ministro inglês, William Pitt, apresentou um projeto seu intitulado “Empréstimo de Lealdade”. O projeto versava que todas as pessoas que tivessem renda seriam obrigadas a emprestar uma parte para os custeios, entretanto os bancos não aceitaram. Mas ele não desistiu. Em 1797, o ministro solicitou que fosse feito um aumento do assessed taxes, um tipo rudimentar de imposto cobrado de acordo com a riqueza de cada um. Nessa época, a Inglaterra firmou aliança com vários países para atacar a França, mas para isso, precisava de recursos, pois mesmo com o aumento do imposto, não conseguiam o dinheiro necessário para o ataque.

Assim, em 3 de dezembro de 1798, Pitt, defendeu na Câmara dos Comuns a instituição do Imposto de Renda, afirmando que, mesmo com o aumento do imposto, os recursos não eram suficientes, pois estavam sendo cobrados valores muito baixos. A única maneira de conseguir os recursos que precisavam seria criar um novo imposto aplicado em cima de todas as fontes de renda. Com a iminência da guerra e os nervos à flor da pele, em 1799 o Imposto de Renda passou a ser cobrado (NÓBREGA, 2014).

O Imposto de Renda foi instituído pela lei datada de 09 de janeiro de 1799. A lei continha 124 seções e 152 páginas. Como o povo tinha dificuldade em entender a lei, foi criado o primeiro manual do imposto de renda, o qual continha orientações de como o imposto iria funcionar. A taxa aplicada era de 10% em cima da renda total que ultrapasse 60 libras no ano. O imposto ainda podia ser pago em 6 quotas (NÓBREGA, 2014).

A instituição do imposto gerou muitos conflitos na Câmara dos Comuns. Em 1802, a cobrança foi suprimida, pois reinava a paz entre Inglaterra e França. Porém em 1803, Addington, o sucessor de William Pitt, reestabeleceu o imposto e fez algumas mudanças. Os rendimentos passaram a ser classificados por categoria, de acordo com a origem dos mesmos. Iniciou-se a cobrança diretamente da fonte. Os pequenos rendimentos passaram a ser isentos e havia deduções para gastos com a família. Em 1804 Pitt retornou ao governo e como a arrecadação estava sendo boa e havia menos protesto, ele decidiu continuar o modelo de Addington (NÓBREGA, 2014).

Uma vez que o imposto de renda foi instituído com a finalidade de arrecadar fundos para a guerra e em junho de 1815 Napoleão Bonaparte foi derrotado, em 1816 o imposto foi suprimido mais uma vez. E com isso o governo inglês teve de buscar outras formas de arrecadação (NÓBREGA, 2014).

A tabela 1 a seguir, retirada do livro de Nóbrega (2014), mostra as receitas arrecadadas no período de vigência do imposto de renda. A arrecadação representada em 1798 refere-se ao imposto assessed taxes.

Tabela 1: Arrecadação do Imposto de Renda na Inglaterra, de 1798 a 1815

ANO	ARRECAÇÃO (LIBRA)	ANO	ARRECAÇÃO (LIBRA)
1798	1.855.996	1807	11.905.588
1799	6.046.624	1808	13.482.294
1800	6.244.438	1809	13.631.922
1801	5.628.903	1810	14.453.320
1802	-	1811	14.462.776
1803	5.341.907	1812	15.488.546
1804	4.111.924	1813	15.795.691
1805	6.429.599	1814	14.188.037
1806	12.822.056	1815	15.642.338

Fonte: Edwin Seligman (1870) apud Nóbrega (2014, p. 20).

A Inglaterra passou por diversas crises, até que em 1842, o então chefe do governo Robert Peel, reestabeleceu o imposto de renda. Nesse momento o imposto passou por algumas mudanças, onde o limite de isenções aumentou, a taxa baixou para a renda anual de 150 libras. Em 1852 o imposto foi novamente suspenso, mas retornou no ano seguinte pois uma nova

guerra necessitava de recursos: a Guerra da Crimeia, um conflito entre Império Russo e os aliados Reino Unido, França, Sardenha e Império Otomano. Essa guerra durou de 1853 a 1856. Depois dessa guerra, o imposto de renda se tornou permanente e transformou-se em uma das principais fontes de recursos em diversos países (NÓBREGA, 2014).

Depois da Inglaterra, o imposto foi instituído na Itália, França, Alemanha, Estados Unidos e para o resto do mundo (NÓBREGA, 2014).

É possível observar que desde sua criação o imposto servia como uma fonte de arrecadação para o governo que não o usava em benefício da sociedade.

2.4 IMPOSTO DE RENDA NO BRASIL

A primeira vez que se falou em imposto de renda no Brasil, não exatamente com esse nome, foi no início do reinado de Dom Pedro II (NÓBREGA, 2014). Em 21 de outubro de 1843, foi criada a Lei 317 que tinha como objetivo fixar a despesa e orçar a receita para os exercícios de 1843-1844 e 1844-1845. Em seu art. 23 discorre sobre a criação do imposto de renda, tabela de valores e isenções. Vale salientar que a transcrição é *ipis litteris*, com a linguagem da época (BRASIL, 1843).

Art. 23. Fica creada a seguinte contribuição extraordinaria durante o anno desta lei.
 § 1º Todas as pessoas que receberem vencimentos dos Cofres Publicos Geraes, por qualquer titulo que seja, ficão sujeitas a uma imposição, que será regulada pela maneira seguinte:

De	500\$000	Á	1:000\$000	2	por cento
»	1:000\$000	Á	2:000\$000	3	»
»	2:000\$000	Á	3:000\$000	4	»
»	3:000\$000	Á	4:000\$000	5	»
»	4:000\$000	Á	5:000\$000	6	»
»	5:000\$000	Á	6:000\$000	7	»
»	6:000\$000	Á	7:000\$000	8	»
»	7:000\$000	Á	8:000\$000	9	»
»	8:000\$000		para cima	10	»

§ 2º Ficão exceptuados da regra estabelecida no paragrapho antecedente os vencimentos das praças de pret de terra e mar, e os vencimentos dos militares em campanha.

§ 3º Na palavra vencimentos se comprehendem quaesquer emolumentos que se perceberem nas Secretarias, ou Estações Publicas.

§ 4º O Governo estabelecerá o modo de arrecadar-se esta nova imposição. (BRASIL 1843).

Segundo Nóbrega (2014), essa forma de tributação abrangia apenas os que recebiam rendimentos dos cofres públicos. Por esta razão, só durou por dois anos, porém estabeleceu um movimento pioneiro para a instituição do imposto de renda. Devido ao fato de o sistema imperial ser escravista e elitista, poucas pessoas possuíam renda que realmente podia ser tributada. Além disso, com a imensa extensão territorial, havia muita dificuldade para a instituição de impostos que fossem complexos e amplos.

Por ocasião da Guerra do Paraguai, que durou de 1864 a 1870, o governo precisava de maneiras para conseguir mais renda para financiá-la, e novamente o imposto de renda foi lembrado. Em 26 de setembro de 1867, foi instituída a Lei 1.507 que também fixava despesas e orçava receitas, porém para os exercícios de 1867-1868 e 1868-1869. Em seu art. 10, instituiu o imposto pessoal e no art. 22, o imposto sobre vencimentos (BRASIL, 1867). Seguem os artigos *ipsis litteris*.

Art. 10. Cobrar-se-ha de cada pessoa nacional ou estrangeira que residir no Imperio, e tiver por sua conta casa de habitação arrendada ou propria, ainda que nella não more, um imposto de 3% sobre o rendimento locativo annual não inferior a 480\$000 na côrte, a 180\$000 nas capitaes das Provincias do Rio de Janeiro, S. Paulo, S. Pedro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará, a 120\$000 nas demais cidades e a 60\$000 nos mais lugares.

(...)

Art. 22. Todas as pessoas, que receberem vencimentos dos cofres publicos geraes, provinciais ou muuicipaes, comprehendidos os pensionistas, jubilados e aposentados, ficão sujeitas ao imposto de 3% sobre os mesmos vencimentos, exceptuados os inferiores a 1:000\$000.

§ 1º Ficão isentos do imposto os vencimentos das praças de pret de terra e mar, dos militares em campanha, e os que se abonão como jornal a serventes e operarios, e outros que não entrão na categoria de empregados públicos.

(...) (BRASIL, 1867)

Esses impostos, por mais que fossem parecidos com o imposto de renda, ainda não podiam ser assim considerados. Segundo Nóbrega (2014), houve ainda tentativas de implantação do imposto de renda em 1867, pelo Visconde de Jequitinhonha que expôs sua ideia, porém não teve êxito. Em 1891, Rui Barbosa, então Ministro da Fazenda do período Republicano, era um ardente defensor da instituição do imposto de renda. Ele elaborou um relatório de 38 páginas no qual defendia que o imposto deveria ser algo justo e indispensável. Todavia, suas sugestões não foram aceitas. Ocorreram outras tentativas, mas nenhuma logrou êxito para instituir o imposto de renda.

Somente em 1922 foi criado o imposto de renda pela Lei 4. 625 de 31 de dezembro de 1922, a qual, em seu art. 31, discorreu sobre a instituição do imposto de renda, sua forma de tributação, casos de isenção, alíquotas e faixas de cobranças (BRASIL, 1922).

Art. 31. Fica instituido o imposto geral sobre a renda, que será, devido, annualmente, por toda a pessoa physica ou juridica, residente no territorio do paiz, e incidirá, em cada caso, sobre o conjunto liquido dos rendimentos de qualquer origem.

I. As pessoas não residentes no paiz e as sociedades com séde no estrangeiro pagarão o imposto sobre a renda liquida, que lhes fôr apurada dentro do territorio nacional.

II. É isenta do imposto a renda annual inferior a 6:000\$ (seis contos de réis), vigorando para a que exceder dessa quantia a tarifa que for annualmente fixada pelo Congresso Nacional.

III. Será considerado liquido, para o fim do imposto, o conjunto dos sendimentos auferidos de qualquer fonte, feitas as deducções seguintes:

a) imposto e taxas;

b) juros de devidas, por que responda o contribuinte;

c) perdas extraordinarias, provenientes de casos fortuitos ou força maior, como incendio, tempestade, naufragio o accidentes semelhantes a esses, desde que taes perda não sejam compensadas por seguros ou indenizações;

d) as despesas ordinarias realizadas para conseguir e assegurar a renda.

IV. Os contribuites de renda entre 6:000\$ (seis contos de réis) e 20:000\$ (vinte contos de réis) terão deducção de 2 % (dous por cento) sobre o montante do imposto devido por pessoa que tenha a seu cargo, não podendo exceder, em caso algum, essa deducção a 50 % (cincoenta por cento) da importancia normal do imposto.

V. O imposto será arrecadado por lançamento, servindo de base a declaração do contribuinte, revista pelo agente do fisco e com recurso para autoridade administrativa superior ou pára arbitramento. Na falta de declaração o lançamento se fará ex-officio. A impugnação por parte do agente do fisico ou o lançamento ex-officio terão de apoiar-se em elementos comprobatorios do mantante da renda e da taxa devida.

VI. A cobrança do imposto será feita cada anno sobre a base do lançamento realizado no anno immediatamente anterior.

VII. O poder Executivo providenciará expedindo os precisos regulamentos e instrucções, e executando as medidas necessarias ao lançamentos e instrucções, e executando as medidas necessarias ao lançamento, por fórmula que a arrecadação do imposto se torne effectiva em 1924.

VIII. Em o regulamento, que espedir o poder Executivo poserá impor multas até o maximo de 5:000\$ (cinco contos de réis). (BRASIL, 1922)

Conforme Nóbrega (2014), por se tratar de um imposto completo e que demandaria uma administração melhor para que fosse feita a arrecadação e controle, a própria Lei 4.625, art. 31, inciso VII, dizia que o tributo só passaria a ser cobrado em 1924. Esse período foi necessário para que o governo se organizasse. Para resolver todas as implicações pertinentes ao imposto, o governo juntamente com o engenheiro e estudioso de questões tributárias, Francisco Tito de Souza Reis, defendia que os rendimentos deveriam ser divididos em 4 categorias e o rendimento líquido de cada categoria, seria tributado de acordo com uma determinada tabela. Essa forma de tributação foi usada em 1924 e 1925. A partir de 1926, houve mudanças baseadas no modelo francês, com taxas proporcionais sobre os rendimentos de cada categoria e taxas progressivas sobre a renda em geral.

O art. 3º da Lei 4.783, de 31 de dezembro de 1923, classificou os rendimentos em categorias, com as taxas aplicadas e as isenções, conforme artigo *ipsis litteris* a seguir:

Art. 3º O imposto sobre a renda, creado pelo art. 31 da lei n. 4.625, de 31 de dezembro de 1922, recahirá, sobre os rendimentos produzidos no paiz e derivados das origens seguintes:

1ª categoria - Commercio e qualquer exploração industrial, exclusive a agricola.

2ª categoria - Capitaes e valores mobiliarios.

3ª categoria - Ordenados publicos e particulares, subsidios, emolumentos, gratificações, bonificações, pensões e remunerações sob qualquer titulo e fórmula contractual.

4ª categoria - Exercicio de profissões não commerciaes e não comprehendidas em categoria anterior.

(...)

§ 8º As taxas do imposto recahido sobre os rendimentos de cada uma das categorias referidas neste artigo, serão as constantes da seguinte tabella:

Até 10:000\$, isentos;

Entre 10:000\$ e 20:000\$, 0,5% (meio por cento);

Entre 20:000\$ e 30:000\$, 1% (um por cento);

Entre 30:000\$ e 60:000\$, 2% (dous por cento);

Entre 60:000\$ e 100:000\$, 3% (tres por cento);
 Entre 100:000\$ e 200:000\$, 4% (quatro por cento);
 Entre 200:000\$ e 300:000\$, 5% (cinco por cento);
 Entre 300:000\$ e 400:000\$, 6% (seis por cento);
 Entre 400:000\$ e 500:000\$, 7% (sete por cento);
 Acima de 500:000\$, 8% (oito por cento).

§ 9º Serão abatidos do rendimento liquido os impostos directos federaes.

§ 10. Das divergencias suscitadas entre contribuintes e agentes fiscaes haverá recurso para instancia administrativa superior.

§ 11. Ficam isentos deste imposto os rendimentos das instituições destinadas a fins philantopicos (BRASIL, 1923).

O modelo de tributação estava criado, porém havia a necessidade de um sistema que pudesse cuidar da arrecadação desse imposto. Após diversas discussões e análises de como os outros países faziam essa arrecadação, foi criada, em 1924, através do Decreto nº 16.580 de 4 de dezembro de 1924, o Serviço de Arrecadação do Imposto de Renda. Tinha como órgão máximo a Delegacia-Geral do Imposto de Renda, localizada no Distrito Federal e no Rio de Janeiro. Todo estado possuía uma Delegacia Fiscal e Repartições Arrecadoras, para cada um ficar responsável pela sua região (NÓBREGA, 2014).

Ao Serviço de Arrecadação do Imposto de Renda competia os trabalhos referentes aos lançamentos, os serviços de recursos e os trabalhos de arrecadação da receita do imposto e de fiscalização dos exatores. Já as Delegacias-Gerais, eram divididas em duas divisões e uma secretaria. A primeira era responsável pela organização, revisão, aperfeiçoamento do imposto e cadastro dos contribuintes. A segunda, pela administração do imposto. E a Secretaria, pelas questões de serviços de contabilidade, protocolo, arquivo e ponto do pessoal. As Delegacias Fiscais tinham como missão, lançar o imposto de renda de cada estado e cadastro dos contribuintes. As repartições arrecadoras recebiam as declarações e cobravam os impostos. Essas declarações serviam para apurar a grandeza dos rendimentos. Somente assim seria possível fixar o imposto a ser pago por cada contribuinte (NÓBREGA, 2014).

Desde a criação do imposto de renda no Brasil, o mesmo envolvia uma série de repartições e regras para que tudo pudesse funcionar.

2.5 PRIMEIRA REGULAMENTAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA NO BRASIL

O Decreto nº 16.581 de 04 de setembro de 1924, por ser o mais completo, é considerado o primeiro regulamento do imposto de renda. Além de todo o regulamento, os anexos III e IV, continham as fórmulas de declaração para as 4 categorias e mais tarde passaram a ser conhecidas como formulários, conforme figuras a seguir apresentadas:

Figura 1: Modelo nº 1, para as categorias 2, 3 e 4

DECLARAÇÃO DE RENDIMENTOS

Subscrita em 8 de Novembro de 1924

por ⁽³⁾ _____

residente em ⁽⁴⁾ Rio de Janeiro durante 8 meses no ano e os outros
Rua Zaner N. 192 Apucarana ⁽⁵⁾

Profissão do declarante: ⁽⁶⁾ Médico deputado federal pelo
Estado do Maranhão,

(assignatura)

Fonte: Receita Federal, 2015.

Figura 2: Modelo nº 2, para a categoria 1

MODELO N. 2 — 1ª CATEGORIA

IMPOSTO SOBRE A RENDA

Declaração de rendimentos

Subscrita em ... de de 192..

por (3).....

estabelecido em (5).....

rua..... n. ou (4).....

Profissão do declarante (6).....

Ramos de comércio ou de indústria (7).....

(assignatura)

Fonte: Receita Federal, 2015.

2.6 MARCOS HISTÓRICOS AO LONGO DA CRIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA

Desde a criação do imposto de renda até os dias atuais, houve muitas mudanças e situações que marcaram a história. A seguir, alguns dos acontecimentos marcantes na vida desse imposto tão importante.

Segundo a Receita Federal (2015), durante a Ditadura Militar, que durou de 1937 até 1945, o STF havia declarado que o imposto de renda era inconstitucional. Porém o então Presidente da República, Getúlio Vargas, revogou essa decisão com o Decreto Lei nº 1.564 de 5 de setembro de 1939, o qual continha apenas um artigo, conforme transcrição *ipsis litteris*:

Artigo único. São confirmados os textos de lei, decretados pela União, que sujeitaram ao imposto de renda os vencimentos pagos pelos cofres públicos estaduais e municipais; ficando sem efeito as decisões do Supremo Tribunal Federal e de quaisquer outros tribunais e juizes que tenham declarado a inconstitucionalidade desses mesmos textos (BRASIL, 1939).

Em 1941, foi instituído o Decreto Lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941, que instituiu várias medidas para a proteção da família. A partir deste decreto, foram criados mais dois campos na declaração do imposto de renda: um para que o contribuinte pudesse informar o valor adicional de proteção a família e o outro para informar a sua idade. Se o contribuinte fosse solteiro ou viúvo, maior de 25 anos e não tivesse filho, sobre os rendimentos do mesmo seria aplicada a alíquota de 15%. Se fosse casado, maior de 25 anos e não tivesse filho, a alíquota baixava para 10%, mas se fosse maior de 45 anos e tivesse pelo menos um filho, a alíquota caía ainda mais, para 5% sobre a importância a que estivessem obrigados. Porém, em 1964, esse decreto foi revogado pela Lei nº 4.357 de 16 de julho de 1964 (RECEITA FEDERAL, 2015).

A partir de 1964, iniciaram-se várias ações sociais por meio do imposto de renda, que tinham como objetivo incentivar investimentos econômicos e sociais. Um dos principais incentivos foi criado em 1966, o qual consistia em que os valores destinados a florestamento e reflorestamento podia ser abatido do valor do imposto (RECEITA FEDERAL, 2015).

A Receita Federal do Brasil, um dos maiores órgãos regulamentadores existentes hoje, também foi criada devido ao imposto de renda. Em 1968, o Decreto nº 63.659 de 20 de novembro, criou a Receita Federal do Brasil, com as funções de planejar, supervisionar e administrar as receitas tributárias federais, propor medidas para aperfeiçoar o Código Tributário Nacional, fiscalizar os serviços de cobrança, arrecadação e recolhimento dos impostos federais, entre outros (BRASIL, 1968).

Um dos marcos mais importantes da história do imposto de renda foi a criação, através do Decreto Lei nº 401 de 30 de dezembro de 1968, do Cadastro de Pessoas Físicas – CPF. Um de seus principais objetivos era a fiscalização e controle das pessoas sujeitas ao pagamento do imposto de renda (RECEITA FEDERAL, 2015).

Um dos acontecimentos mais interessantes, foi a vinculação da imagem do leão ao imposto de renda. Segundo a Receita Federal (2015), em uma campanha institucional de 1980, referente ao Programa do Imposto de Renda – PIR, foi usada a imagem de um leão, animal

nobre que demonstra sua força pela simples presença. Desde então as pessoas passaram a ligar a imagem do leão ao imposto de renda, o que perdura até os dias atuais (RECEITA FEDERAL, 2015).

Como pode ser visto, muitas coisas foram criadas a partir da instituição do imposto de renda. Todas essas criações trouxeram benefícios para o país e para os cidadãos.

2.7 DECLARAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA 2019

Hoje, o imposto de renda é regido pelo Decreto nº 9.580 de 22 de novembro de 2018. É nele que está presente a forma de tributação, isenções, quais são os rendimentos tributários, deduções e toda a regulamentação vigente.

2.7.1 Contribuinte

Vários conceitos são apresentados no decreto, como o de contribuinte que pode ser entendido como todas as pessoas que receberam algum rendimento, seja pelo trabalho, seja por ganhos de capital, seja herança, seja rendimentos pela posse de bens. Todas, sem distinção de sexo, idade, nacionalidade, residência, estado civil e profissão são contribuintes do imposto de renda. Nesse conceito incluem-se também os menores de idade pois, caso recebam algum rendimento, terão que recolher o imposto de renda em seu nome e ter o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF, sendo de responsabilidade do seu responsável o preenchimento da declaração e o pagamento do imposto (BRASIL, 2018).

2.7.2 Dependentes

Conforme o artigo 71, parágrafos 1º ao 5º do Decreto nº 9.580 de 2018, para o cálculo da declaração do imposto de renda, podem ser declarados como dependentes do contribuinte:

Art. 71 (...)

§ 1º Poderão ser considerados como dependentes (..)

I - O cônjuge;

II - O companheiro ou a companheira, desde que haja vida em comum por mais de cinco anos ou por período menor se da união resultou filho;

III - A filha, o filho, a enteada ou o enteado, até vinte e um anos, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;

IV - O menor pobre, até vinte e um anos, que o contribuinte crie e eduque e do qual detenha a guarda judicial;

V - O irmão, o neto ou o bisneto, sem arrimo dos pais, até vinte e um anos, desde que o contribuinte detenha a guarda judicial, ou de qualquer idade quando incapacitado física ou mentalmente para o trabalho;

VI - Os pais, os avós ou os bisavós, desde que não auferam rendimentos, tributáveis ou não, superiores ao limite de isenção mensal; e

VII - o absolutamente incapaz, do qual o contribuinte seja tutor ou curador.

§ 2º Os dependentes a que referem os incisos III e V do § 1º poderão ser assim considerados quando maiores até vinte e quatro anos de idade, se ainda estiverem cursando ensino superior ou escola técnica de segundo grau.

§ 3º Os dependentes comuns poderão, opcionalmente, ser considerados por qualquer um dos cônjuges.

§ 4º Na hipótese de filhos de pais separados, poderão ser considerados dependentes aqueles que ficarem sob a guarda do contribuinte, em cumprimento de decisão judicial ou de acordo homologado judicialmente.

§ 5º É vedada a dedução concomitante do montante referente ao mesmo dependente, na determinação da base de cálculo do imposto sobre a renda, por mais de um contribuinte (BRASIL, 2018).

Por cada dependente declarado, pode ser deduzido o valor de R\$ 2.275,08 da base de cálculo do imposto de renda (BRASIL, 2018).

2.7.3 Alimentandos

A maior novidade da declaração do imposto de renda do ano de 2019, foi a criação do campo alimentandos. Nele é possível declarar se o contribuinte paga algum valor a título de pensão e quem é a pessoa que recebe. As despesas do alimentando também podem ser dedutíveis da base de cálculo do imposto de renda (BRASIL, 2018).

2.7.4 Obrigatoriedade

Está obrigado a fazer a declaração do imposto de renda, o contribuinte que:

- Recebeu rendimentos tributáveis no ano anterior, cuja soma anual seja superior a R\$ 28.559,70;
- Recebeu rendimentos isentos, não tributáveis ou tributáveis exclusivamente na fonte no ano anterior, cuja soma seja superior a R\$ 40.000,00;
- Se tiver contado com ganho de capital tributável, ou seja, maior que R\$ 35.000,00;
- Se tiver obtido receita bruta anual superior a R\$ 142.798,50, relativa a atividade rural;
- Se até 31/12 tiver bens com valor igual ou superior a R\$ 300.000,00;
- Saída definitiva do país;
- Espólio (BRASIL, 2018).

2.7.5 Rendimentos

De acordo com o artigo 33 do Decreto nº 9.580, os rendimentos brutos podem ser entendidos como “(..)todo o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos, os alimentos e as pensões percebidos em dinheiro, os proventos de qualquer natureza e os acréscimos patrimoniais não correspondentes aos rendimentos declarados”.

Os rendimentos podem ser divididos em dois tipos: Rendimentos isentos e não tributáveis e Rendimentos tributáveis.

Os rendimentos isentos e não tributáveis podem ser compreendidos como rendimentos recebidos os quais não serão considerados para o cálculo do imposto de renda. São exemplos de rendimentos isentos:

- O valor do salário família;
- Os depósitos, juros e correções monetárias recebidas a título do Programa de Integração Social – PIS e pelo Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP;
- Indenização por acidente de trabalho;
- Valores recebidos a título de bolsas de estudo pelo Programa de Bolsas para Educação pelo Trabalho (BRASIL, 2018).

Já os rendimentos tributáveis, podem ser entendidos como rendimentos recebidos sobre os quais se aplicam as alíquotas para o cálculo do imposto de renda. São exemplos de rendimentos tributáveis:

- Salários, ordenados e remuneração de estagiários;
- Diárias e honorários;
- Férias, gratificações, comissões e corretagens;
- Remuneração pela prestação de serviços;
- Recebimento de aluguéis;
- Pensões recebidas conforme acordo judicial ou escritura pública lavrada em cartório;
- Rendimentos provenientes de atividades rurais (BRASIL, 2018).

2.7.6 Deduções legais

A base de cálculo do imposto de renda não são apenas os rendimentos tributáveis. Deles são deduzidos gastos determinados pelo Decreto, para que se chegue aos rendimentos líquidos, que são a real base de cálculo do imposto de renda (BRASIL, 2018).

São exemplos de deduções:

- Valores pagos a título de contribuições previdenciárias;
- Despesas médicas, para tratamento do contribuinte, de seus dependentes ou alimentados;
- Despesas com educação, do contribuinte, de seus dependentes ou alimentados;
- Pagamento de pensão alimentícia;
- Pagamentos a terceiros, como advogados, engenheiros e corretores de imóveis;
- Imposto sobre a renda retido diretamente na fonte;

- Contribuições realizadas em favor de projetos culturais, aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, aos Fundos de Idosos (BRASIL, 2018).

2.7.7 Alíquotas aplicadas para cálculo do Imposto de Renda

O imposto de renda não é devido apenas no ato da declaração. Existe também o imposto de renda retido na fonte, que é quando se recebe determinado rendimento e a pessoa que paga tem a obrigação de reter os valores do imposto de renda e repassá-los ao governo (BRASIL, 2018).

O cálculo é feito de acordo com a tabela apresentada no artigo 122 do Decreto n° 9.580 de 2018, inciso VI, conforme se vê abaixo:

Tabela 2: Tabela progressiva mensal

Base de cálculo	Alíquota (%)	Parcela a deduzir do imposto (R\$)
Até 1.903,98	-	-
De 1.903,99 até 2.826,65	7,5	142,80
De 2.826,66 até 3.751,05	15	354,80
De 3.751,06 até 4.664,68	22,5	636,13
Acima de 4.664,68	27,5	869,36

Fonte: Decreto n° 9.580 de 22 de novembro de 2018.

2.7.8 Regime de tributação

Segundo o Decreto n° 9.580 de 2018, existem dois tipos de tributação: deduções legais e desconto de 20% sobre os rendimentos tributáveis. No primeiro caso, o contribuinte pode utilizar todas as deduções legais a que tem direito, para isso precisa ter documentos que comprovem essas despesas; ou pode optar pelo desconto de 20% do valor dos rendimentos tributáveis, sendo o limite máximo de R\$ 16.754,34. Na segunda opção, não precisa declarar todas as despesas nem ter documentos que as comprove (BRASIL, 2018).

2.7.9 Entrega da Declaração do Imposto de Renda

A declaração do imposto de renda deve ser entregue através de formulário eletrônico pelo aplicativo do IRPF que pode ser baixado no site da Receita Federal. No ano de 2019, o sistema foi o IRPF – Declaração de Ajuste Anual, Final do Espólio e Saída Definitiva do País (RECEITA FEDERAL, 2019).

O prazo para entrega varia um pouco a cada ano por questões de feriados. No ano de 2019 o prazo foi de 7 de março até 30 abril (RECEITA FEDERAL, 2019).

2.7.10 Multa no atraso da entrega

Caso a declaração não seja enviada no prazo, o contribuinte deverá pagar multa de 1% sobre o mês calendário ou fração de atraso. Esta multa será calculada sobre o valor do imposto a ser pago, mesmo que já tenha sido pago, sendo o valor mínimo de R\$ 165,74 e o máximo de até 20% do valor do imposto (RECEITA FEDERAL, 2019).

2.7.11 Restituição

A alíquota aplicada mensalmente sobre o imposto de renda não é a mesma que é aplicada no momento da declaração anual. E como são diferentes, pode ocorrer que seja retido na fonte valores a maior do que o calculado na declaração anual. Se isso ocorrer, o contribuinte não irá perder o que foi pago, o valor será restituído de acordo com o cronograma de lotes que são disponibilizados anualmente pela Receita Federal.

Para o ano de 2019, o seguinte cronograma foi apresentado:

Tabela 3: Cronograma dos lotes de restituição

Lote	Data	Remuneração Selic	Declarações transmitidas até*
1º	17/06/2019	1,54%	Prioridades
2º	15/07/2019	2,01%	14/03/2019
3º	15/08/2019	2,58%	06/04/2019
4º	16/09/2019	3,08%	22/04/2019
5º	15/10/2019	Não divulgada	-
6º	18/11/2019	Não divulgada	-
7º	16/12/2019	Não divulgada	-

Fonte: Receita Federal, 2019.

2.7.12 Importância da Declaração do Imposto de Renda

Segundo Vargas (2017), a declaração não é apenas uma obrigação do contribuinte. Ela também traz vários benefícios, como restituição de valores pagos a maior durante o ano

calendário, comprovar a legalidade dos rendimentos recebidos e pagos pelos contribuintes, e principalmente, contribuir para uma sociedade mais justa, pois os valores recolhidos em decorrência do imposto de renda são investidos em saúde, educação e desenvolvimento social. Porém, apenas pagar o imposto não é o suficiente, deve-se fazer o acompanhamento necessário para ver se os Estados realmente estão investindo e ver o impacto que os impostos recolhidos fazem na sociedade.

Pode ser visto que a importância da declaração não se dá apenas pela obrigatoriedade, mas pelo fato de estar contribuindo com o bem-estar social, cumprindo o seu papel de cidadão e podendo inclusive ser restituído dos valores cobrados a maior durante o ano.

3 METODOLOGIA

Esse trabalho é uma pesquisa de caráter bibliográfico que segundo Severino (2016) é uma pesquisa realizada a partir de livros, revistas, teses, artigos e outros documentos produzidos por diversos autores devidamente registrados, que servem como fontes para o desenvolvimento do trabalho.

Em relação a abordagem, é uma pesquisa qualitativa, pois de acordo com Strauss e Corbin (2008), quer dizer qualquer tipo de pesquisa que produzam resultados, os quais não podem ser alcançados através de procedimentos estatísticos. Geralmente são pesquisas sobre pessoas, emoções, sentimentos, funcionamento organizacional e interações entre culturas e nações.

Em relação ao cunho, trata-se de uma pesquisa exploratória que conforme Severino (2016), é um tipo de pesquisa sobre um determinado objeto, com limitações sobre o campo de atuação e suas manifestações.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante toda a sua história, o Imposto de Renda da Pessoa Física ficou marcado como uma forma de tirar da sociedade os seus ganhos. Isso ocorre porque a maioria das pessoas não conhece a história, origem e criação desse imposto. Espera-se que após a leitura do presente artigo, perceba-se que ele não foi criado com essa finalidade.

De acordo com os autores estudados, no início o Imposto de Renda foi criado para suprir a necessidade do governo por recursos, seja para financiamento de guerras ou para luxos do rei. Aqui no Brasil, porém, ele também serve para o financiamento de diversos projetos sociais.

É um dos impostos mais justo já criados, pois tributa mais de quem ganha mais e menos de quem ganha menos. É diferente de outros impostos em que quem acaba pagando tudo é o consumidor final que geralmente é o indivíduo com menos capital de toda a cadeia.

Este trabalho conseguiu atingir os seus principais objetivos, porém sempre se faz necessário mais pesquisas sobre o tema, tendo em vista sua abrangência. E ainda, explicações que aqui podem não ter sido esclarecidas por completo para que se possa acabar de vez com todo o misticismo acerca desse assunto. Desse modo, mais pessoas conhecerão a verdadeira história do temido Leão.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 317, de 21 de outubro de 1843. **Fixando a despesa e orçando a receita para os exercícios de 1843-1844, e 1844-1845.** Rio de Janeiro, 1843. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM317.htm>. Acesso em 07 set 2019.

_____. Lei nº 1.507, de 26 de setembro de 1867. **Fixa a despesa e orça a receita geral do império para os exercícios de 1867-68 e 1868-69, e dá outras providências.** Rio de Janeiro, 1867. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM1507.htm>. Acesso em 07 set 2019.

_____. Lei 4.625, de 31 de dezembro de 1922. **Orça a receita geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1923.** Rio de Janeiro, 1922. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/1901-1929/L4625.htm>. Acesso em 07 set 2019.

_____. Lei nº 4.783, de 31 de dezembro de 1923. **Orça a receita geral da República dos Estados Unidos do Brasil para o exercício de 1924.** Rio de Janeiro, 1923. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1920-1929/lei-4783-31-dezembro-1923-564689-publicacaooriginal-88627-pl.html>>. Acesso em 08 set 2019.

_____. Decreto nº 16.581, de 4 de setembro de 1924. **Aprova o regulamento do imposto sobre a renda.** Rio de Janeiro, 1924. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16581-4-setembro-1924-512544-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 08 set 2019.

_____. Decreto Lei nº 1.564, de 5 de setembro de 1939. **Confirma os textos de Lei, decretados pela União, que sujeitaram ao imposto de renda os vencimentos pagos pelos cofres públicos estaduais e municipais.** Rio de Janeiro, 1939. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1564-5-setembro-1939-411497-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 25 set 2019.

_____. Decreto Lei nº 3.200, de 19 de abril de 1941. **Dispõe sobre a organização e proteção da família.** Rio de Janeiro, 1941. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del3200.htm>. Acesso em 25 set 2019.

_____. Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966. **Código Tributário Nacional.** Brasília, 1966. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5172.htm>. Acesso em 14 set 2019.

_____. Decreto n° 63.659, de 20 de novembro de 1968. **Define a estrutura da Secretária da Receita Federal e dá outras providências.** Brasília, 1968. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-63659-20-novembro-1968-404916-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em 25 set 2019.

_____. Decreto Lei n° 401, de 30 de dezembro de 1968. **Altera dispositivos da legislação do Imposto de Renda e dá outras providências.** Brasília, 1968. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del0401.htm>. Acesso em 25 set 2019.

_____. Decreto n° 9.580, de 22 de novembro de 2018. **Regulamenta a tributação, a fiscalização, a arrecadação e a administração do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.** Brasília, 2018. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9580.htm>. Acesso em 14 set 2019.

FERREIRA, Rodrigo. **Tributos: Origem e evolução.** Breve abordagem histórica sobre a evolução dos tributos. 2015. Disponível em <<https://rfersantos.jusbrasil.com.br/artigos/222353175/tributos-origem-e-evolucao>>. Acesso em 14 set 2019.

NÓBREGA, Cristóvão Barcelos da. **História do Imposto de Renda no Brasil: um enfoque na pessoa física (1922-2013).** Brasília: Receita Federal, 2014.

RECEITA FEDERAL. **Primeiros modelos de formulário.** 2015. Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/historico/80anosir/Textos/1924/5.htm?InFrame=Out>>. Acesso em 14 set 2019.

_____. **Exposição Histórica do Imposto de Renda.** 2015. Disponível em <<http://receita.economia.gov.br/sobre/institucional/memoria/imposto-de-renda/cronologia-do-imposto-de-renda/cronologia-do-imposto-de-renda>>. Acesso em 25 set 2019.

_____. **Prazo de apresentação.** 2019. Disponível em <<http://receita.economia.gov.br/interface/cidadao/irpf/2019/apresentacao/prazo-de-apresentacao>>. Acesso em 28 set 2019.

_____. **Multa por atraso na entrega.** 2019. Disponível em <<http://receita.economia.gov.br/interface/cidadao/irpf/2019/declaracao/multa-por-atraso-na-entrega>>. Acesso em 28 set 2019.

_____. **IRPF 2019.** 2019. Disponível em <<http://receita.economia.gov.br/orientacao/tributaria/restituicao-ressarcimento-reembolso-e-compensacao/restituicao/irpf/lotas/cronograma/2019>>. Acesso em 28 set 2019.

REZENDE, Amaury José; PEREIRA, Carlos Alberto; ALENCAR, Roberta Carvalho de. **Contabilidade Tributária: Entendendo a Lógica dos Tributos e seus Reflexos sobre os Resultados das Empresas.** 1ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do Trabalho Científico.** 24ª Ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2016.

STRAUSS, Anselm; CORBION, Juliet. **Pesquisa Qualitativa.** Técnicas e procedimentos para o desenvolvimento de teoria fundamentada. 2ª Ed. São Paulo: Artmed, 2008.

VARGAS, Luciana. **Por que fazer a declaração do imposto de renda?** 2017. Disponível em <<https://myrp.com.br/por-que-fazer-declaracao-imposto-de-renda/>>. Acesso em 29 set 2019.